

Cerimônia marca início das obras do Trem Intercidades

O governador Tarcísio de Freitas e prefeito Dário Saadi estavam na cerimônia

Rogério Capela/Prefeitura de Campinas

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, participou na quarta-feira (8) da cerimônia de início das obras do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, em Vinhedo. A cerimônia contou com a presença do governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que acionou uma escavadeira elétrica simbolizando o início das obras.

O TIC será o primeiro trem de média velocidade do Brasil, com capacidade para cerca de 860 passageiros por viagem e velocidade de até 140 km/h. O trajeto de 101 quilômetros entre São Paulo e Campinas poderá ser feito em aproximadamente 64 minutos, oferecendo uma alternativa eficiente ao transporte rodoviário, especialmente nos horários de pico.

Para o prefeito Dário Saadi, a obra é fantástica. “Todos que vão a São Paulo sabem a dificuldade que é chegar na capital paulista. As rodovias Bandeirantes e Anhanguera não suportam mais o fluxo de veículos e esse modal é fundamental para garantir a mobilidade urbana e garantir ainda mais desenvolvimento à nossa região”. Segundo o governador é preciso resgatar e recuperar a infraestrutura ferroviária. “Isso para nós é um sonho e daqui há alguns anos quero estar andando



O governador Tarcísio de Freitas dirige trator em visita nas obras do Trem Intercidades

neste trem, quero sair de Campinas e chegar até São Paulo de trem, fazer esse percurso”, destacou.

Tarcísio de Freitas disse que o TIC Trens não é simplesmente uma obra de mobilidade, “mas uma obra que vai mudar a lógica urbana e o planejamento das cidades. Precisamos pensar as novas centralidades, como conjugar o novo desenvolvimento urbano com o desenvolvendo dos trilhos. E estamos aqui para isso. Para pensar no futuro, a longo prazo,

para pensar grande”, afirmou.

Além do TIC, o projeto inclui o Trem Intermetropolitano (TIM), que fará a ligação entre Jundiaí e Campinas, com paradas em Louveira, Vinhedo e Valinhos. Com 44 quilômetros de extensão, o percurso será realizado em cerca de 33 minutos, ampliando a integração entre os municípios do eixo. A previsão é que o TIM entre em operação em 2029 e o Trem Intercidades em 2031. O projeto deve beneficiar diretamente 11 municípios

e atender cerca de 672 mil passageiros por dia.

A obra, segundo o diretor-presidente da TIC Trens, Pedro Moro, vai trazer uma nova forma de se locomover entre as duas maiores cidades do estado, “melhorando a qualidade de vida da população e transformando a região”, disse.

Investimentos

Parte do investimento no projeto será viabilizado por meio de parceria público-privada (PPP),

com investimentos do governo estadual e da iniciativa privada. Parte do investimento é estimado em R\$ 14,2 bilhões, o projeto TIC Eixo Norte contempla três serviços integrados: o Trem Intercidades (expresso entre SP e Campinas); o Trem Intermetropolitano, com paradas entre Jundiaí e Campinas; e a modernização da Linha 7-Rubi de trens metropolitanos.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, assinou em 25 de março, contratos de financiamento de R\$ 5,6 bilhões para o governo de São Paulo para projetos de mobilidade urbana. Do total, R\$ 3,2 bilhões serão destinados ao Trem Intercidades Eixo Norte, referentes à segunda parte do financiamento ao aporte público para a sua implantação; enquanto R\$ 2,4 bilhões irão para a expansão da Linha 2-Verde do metrô. Os investimentos integram o Novo PAC, programa do Governo Federal do Brasil, que prevê R\$ 10 bilhões em crédito para as duas iniciativas. Para o TIC, o financiamento aprovado chega a R\$ 6,4 bilhões. A cerimônia contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2023, BNDES aprovou R\$ 10 bilhões para TIC Norte e 44 trens da Linha 2-Verde no Novo PAC em SP.

TJ abre processo por fila irregular no HC

Caius Lucilius/HC Unicamp

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) recebeu uma ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) que apura supostas irregularidades no encaminhamento de pacientes para cirurgias bariátricas no Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp.

A ação foi movida contra os médicos Elinton Adami Chaim e Felipe David Mendonça Chaim, além da empresa CHM Serviços Médicos Ltda. Segundo o MP, os investigados teriam favorecido pacientes de uma clínica privada no acesso ao ambulatório de obesidade da unidade hospitalar, sem observar a fila da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS).

Na decisão, a Justiça considerou que há indícios mínimos para a abertura do processo e determinou a citação dos réus para apresentação de defesa.

Por outro lado, foram negados, neste momento, os pedidos de indisponibilidade de bens e de

afastamento cautelar dos investigados, por ausência de elementos que comprovem risco imediato ao andamento do processo ou dano irreparável. A Universidade Estadual de Campinas e a Prefeitura de Indaiatuba foram intimadas como partes interessadas e podem ingressar na ação.

Entenda o caso

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) denunciou os dois médicos do HC da Unicamp, em março, como responsáveis por liderar um esquema irregular para acesso de pacientes a cirurgias bariátricas pelo SUS. Os pacientes beneficiados pelo esquema “furavam” a fila de espera pela cirurgia eletiva no SUS. A medida foi protocolada nesta semana pela Promotoria de Campinas.

Os investigados, Elinton Adami Chaim e Felipe David Mendonça Chaim, são apontados pelo MP como responsáveis por estruturar um fluxo irregu-

lar para acesso ao Ambulatório de Obesidade do hospital, com favorecimento a pacientes encaminhados por meio de uma empresa vinculada a um deles. A ação pede, em caráter liminar, a indisponibilidade de bens no valor de R\$ 1.428.000, montante que, segundo o MP, corresponde a ganhos obtidos de forma ilícita. No mérito, o órgão requer a condenação dos acusados com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), com sanções que incluem perda de bens, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa.

De acordo com a Promotoria, os médicos, valendo-se das funções que exerciam no hospital público, teriam facilitado o ingresso desses pacientes no serviço, criando um fluxo paralelo de atendimento que priorizava usuários vinculados à empresa. Para o MP, a prática viola princípios do SUS, como a universalidade e a equidade no acesso.



Investigação apura encaminhamentos ao HC da Unicamp